

**RELATÓRIO PARCIAL DE
AUTOAVALIAÇÃO - COMISSÃO
PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - 2016**

MANTENEDORA

Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino Ltda. - SOPECE

PRESIDÊNCIA

Luiz Alfredo Moraes Pinto Ferreira

MANTIDA

Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

DIREÇÃO

Prof. Sílvio de Albuquerque Santos

I – DADOS DA INSTITUIÇÃO

Dados da Instituição: FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE PERNAMBUCO, mantida da Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino Ltda. – SOPECE (CNPJ nº 08.141.582/0001-38).

Código da IES: 760

Caracterização da IES: Instituição privada: COM FINS LUCRATIVOS. FACULDADE

Estado: PERNAMBUCO

Município: RECIFE

Composição da CPA:

Nome (assinalar, com um *, o nome do Coordenador da CPA)	Segmento que representa (docente, discente, técnico-administrativo, sociedade civil)
Prof. Heitor Hedler Siqueira Campos *	Representante do corpo Docente/Coordenador
Patrícia Josefa da Silva	Representante do corpo Discente
Thelma Christiane Amaral Santos	Representante do corpo Técnico-Administrativo
Admilson Machado Ramos	Representante da Sociedade Civil

PERÍODO DE MANDADO DA CPA: 01/01/2016 A 31/12/2016.

De acordo com a Portaria nº 36/2016 a CPA da FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE PERNAMBUCO/SOPECE – 2016.

II - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE PERNAMBUCO/SOPECE, em conformidade com a legislação vigente do SINAES, conduz os processos de avaliação internos desta instituição com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da Educação Superior e disponibilizar informações ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP.

O planejamento estratégico da autoavaliação realizada pela IES em 2016 utilizou primariamente a ferramenta do questionário eletrônico na web, disponível no sistema da IES. Os questionários foram elaborados com respostas abertas e fechadas de forma a permitir que os usuários pudessem contribuir com sugestões e críticas aos pontos fortes e deficientes da instituição, além de melhor prover o processo avaliativo com os dados e informações pertinentes na avaliação institucional.

Esta CPA contou com o assessoramento técnico dos professores Pedro de Menezes Carvalho e Alysson Silva Santos.

A Comissão Própria de Autoavaliação Institucional - C.P.A. das Faculdades de Ciências Humanas de Pernambuco apresenta este relatório parcial de atividades da autoavaliação do ano de 2016, o qual se constitui como referencial composto por um conjunto de documentos e relatórios das ações avaliativas, para todos os envolvidos com o Processo de Avaliação Institucional e comprometidos com a melhoria permanente da qualidade da Educação Superior desta Instituição de Ensino Superior - IES.

Definidos os objetivos, pelo projeto de Autoavaliação Institucional da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco, os objetivos, metas e ações deste período são delineados em continuidade ao processo de avaliação iniciado em 2004, sob diretrizes do SINAES e apreciação da Comissão Nacional de Avaliação de Educação Superior – CONAES, nos termos da Lei nº 10.861 de 14/04/2004.

A CPA vale-se dos canais de comunicação institucionais, tais como lista de contatos do outlook e e-mail específico (cpa@sopece.br).

O planejamento estratégico da autoavaliação realizada pela IES em 2016, manteve a mesma estratégia realizada nos anos anteriores, com questionário eletrônico na web da IES, com respostas abertas que permitissem aos usuários oferecerem indicações para as suas eficiências e suas deficiências e, ainda, a melhor forma de execução e apuração da autoavaliação, realizamos em 2016, audiência pública com os discentes, docentes, técnicos administrativos e a sociedade, nos dias 07/06/2016 e 30/11/2016, para discussão aberta da avaliação interna da IES e debate de pontos estratégico de estudo.

Portanto, os membros da CPA se reuniram com o pessoal técnico-administrativo do centro de processamento de dados da IES para a execução do Projeto de Avaliação da IES e solicitamos o apoio dos Coordenadores dos Cursos da IES e o apoio dos Diretórios Acadêmico dos Cursos de Graduação da IES, para uma tentativa de melhor avaliar as dimensões da autoavaliação, decidiu-se junto aos Coordenadores dos Cursos da IES que a avaliação seria realizada de forma objetiva e subjetiva para uma melhor verificação do contexto e correlação com temas emergentes inclusive no ENADE e OAB.

III - HISTORICO DA IES

A Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco, mantida pela Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino Ltda. - SOPECE foi registrada em 14 de abril de 1982, como sociedade sem fins lucrativos, tendo se transformado em sociedade com fins lucrativos em 17 de julho de 1998.

Como Instituição de Ensino Superior (IES), a Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco iniciou as suas atividades com a autorização do seu Curso de Administração, bacharelado, através da Portaria nº 95.320, de 02 de dezembro de 1987 publicada no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 1987, com 100 vagas totais, anuais, sendo 50 vagas, no turno diurno e 50 vagas, no turno noturno.

Em 1992, o **Curso de Administração**, bacharelado da IES foi reconhecido pela Portaria nº 1.065 de 13 de julho de 1992, publicada no Diário Oficial da União em 15 de julho de 1992, com 100 vagas totais, anuais, sendo na época, 50 vagas pela manhã e 50 vagas pela noite, de acordo com o Parecer de Reconhecimento nº 314/92, aprovado em 07 de maio de 1992 (Processo de Reconhecimento nº 23023.001602/90-14), cujo relator foi o Conselheiro José Luitgard de Moura Figueiredo.

Entre os anos 1993 a 1996, a IES encaminhou, junto à antiga Delegacia do Ministério da Educação de Pernambuco (DEMEC/PE), solicitação ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para a ampliação de 25% (vinte e cinco por cento) das vagas totais, anuais, do Curso de Administração, bacharelado da IES. O pleito foi com base no aumento da demanda de inscrições, existente na época, nos Processos Seletivos (Vestibulares) do Curso de Administração, bacharelado da IES, sendo acolhido pelo CNE.

A referida solicitação resultou na ampliação para 125 vagas totais, anuais, no Curso de Administração, bacharelado da IES, sendo as ditas vagas distribuídas da seguinte forma: 50 vagas, no turno diurno e 75 vagas, no turno noturno.

Deste período até a presente data, o número de vagas totais, anuais, do Curso, permaneceu inalterado, com 125 vagas totais, anuais, com 50 no turno diurno e 75 no turno noturno.

O Curso de Administração, bacharelado ofereceu vários Cursos de Pós-Graduação em Administração desde o ano de 1996, em nível de especialização, como Gestão Empresarial e em Marketing Estratégico com versão internacional e no ano de 1998 foi implantado o Curso de Especialização em Administração Hospitalar.

Em maio de 2012, o Curso de Administração, bacharelado da IES retomou seus Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* oferecendo Gestão Pública.

No ano de 2013, o Curso de Administração, bacharelado da IES obteve nova renovação de reconhecimento de Curso, através da Portaria nº 703, de 18 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2013, com 125 vagas, anuais, sendo 50 vagas, no turno diurno e 75 vagas, no turno noturno.

No ano de 1996, a Instituição de Ensino Superior implantou o Curso de Direito, bacharelado, de natureza seriada, com duração de 5 (cinco) anos, sendo oferecidas atualmente 120 vagas, anuais, sendo 60 vagas, no turno diurno e 60 vagas, no turno noturno.

O Curso de Direito, bacharelado foi autorizado em 04 de janeiro de 1996 pela Portaria do Presidente da República n.º 1.734 e iniciou suas atividades em 26 de março de 1996, sendo reconhecido no ano de 2000, pela Portaria nº 382 de 22 de março de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 24 de março de 2000.

Em abril de 2011, o Curso de Direito, bacharelado da IES implantou a Pós-Graduação *lato sensu* na área.

No ano de 2013, o Curso de Direito, bacharelado da IES obteve a sua renovação de reconhecimento de Curso, através da Portaria nº 608, de 19 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2013, com 120 vagas, anuais, sendo 60 vagas, no turno diurno e 60 vagas, no turno noturno.

No ano de 2016, o Curso de Direito, bacharelado da IES obteve a sua renovação de reconhecimento de Curso, através da Portaria nº 639, de 21 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2016, com 120 vagas, anuais, sendo 60 vagas, no turno diurno e 60 vagas, no turno noturno.

O Curso de Ciências Contábeis, bacharelado foi autorizado em 1998, pela Portaria n.º 221, de 06.03.98, DOU, de 10.03.98, iniciou suas atividades no ano de 1999, com 80 vagas, anuais, 40 vagas, no turno diurno e 40 vagas, no turno noturno.

O Curso de Ciências Contábeis, bacharelado da IES deu entrada, no dia 20 de janeiro de 2003, ao Processo nº 2003.1000690, SIDOC 23000.001373/2003-54, solicitando o pedido de reconhecimento do seu Curso de Ciências Contábeis, bacharelado. Em dezembro de 2003, a IES recebeu in loco a Comissão de Avaliação do Curso e em janeiro de 2004, o MEC disponibilizou o relatório da Comissão de Avaliação de Condições de Ensino do INEP, objetivando seu reconhecimento, obtendo os seguintes conceitos na avaliação do INEP: "Conceito Bom (CB)", "Conceito Bom (CB)" e "Conceito Muito Bom (CMB)", nos indicadores Corpo Docente, Organização Didático-Pedagógica e Instalações, respectivamente.

Em dezembro de 2004, o Curso de Ciências Contábeis, bacharelado da IES foi reconhecido pela Portaria n.º 4.091 de 13 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2004, com 80 vagas, anuais, todas no turno noturno.

No ano de 2011, o Curso de Ciências Contábeis, bacharelado da IES obteve a sua renovação de reconhecimento de Curso, através da Portaria n.º 312, de 02 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 04 de agosto de 2011, com 80 vagas, anuais, todas no turno noturno.

Em cada curso da Instituição há as seguintes Coordenações: Coordenações de Cursos, Coordenações de Estágios, Coordenações de Pesquisa, Produção Científica e Extensão, Coordenações de Monografia e Coordenações de Orientação Administrativa, Pedagógica e Profissional, com baias ou salas, computadores e impressora em rede a disposição dos seus Coordenadores.

Atualmente, as estruturas dos Cursos da Instituição, todos bacharelados estão organizadas obedecendo ao sistema seriado anual, com duração de quatro anos para os Cursos de Administração e de Ciências Contábeis e de cinco anos, para o Curso de Direito, todos em funcionamento, presenciais e oferecidos na Sede da Instituição, na Av. João de Barros, 561, Boa Vista, Recife/PE.

A mudança para a nova matriz curricular para 4 (quatro) anos nos Cursos de Administração e de Ciências Contábeis, no ano de 2003, deveu-se a nova orientação pedagógica de integralização destes Cursos observada junto ao MEC e, conseqüentemente, para se adaptar a realidade do mercado local.

Dentro deste contexto, para se adaptar a realidade do mercado local, os três Cursos de bacharelado da Instituição deverão promover um amplo debate junto as suas comunidades acadêmicas, para definir os seus respectivos regimes acadêmicos, mantendo ou modificando o atual regime seriado anual para seriado semestral.

Os Cursos de Graduação da IES atuaram junto às comunidades do Córrego da Areia, Córrego do Boleiro, Córrego do Inácio e Córrego da Josélia, executando atividades como: Cursos, Palestras, Feiras, etc., e também atuou junto a Comunidade de Santo Amaro, no Bairro da Boa Vista, através de Convênio de cooperação técnica com o Governo de Pernambuco para a realização de procedimentos de mediação comunitária, com foco nas comunidades de baixa renda, supervisionado pelo Núcleo de Prática Jurídica – NPJ.

Firmou Convênio, em 01 de julho de 2013, com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SEDSDH tendo como órgão executor a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PE), supervisionado pelo Núcleo de Prática Jurídica – NPJ.

Atualmente os Cursos da IES atuam também em parceria com o Projeto Criança Cidadã para implementação de auxílio à biblioteca do Projeto Vila proporcionando um efetivo envolvimento de seus docentes e discentes com a comunidade, por meio de programas de assessoria, atividades de formação continuada e eventos extracurriculares periódicos.

IV - LOCALIZAÇÃO

Pernambuco é um dos 26 estados brasileiros, situado no centro-leste da Região Nordeste, com uma área de 98.311,6 km², um relevo de planície litorânea, com várzeas e lagos, planalto no centro e depressões a oeste e a leste.

O estado faz limite com a Paraíba, Ceará, Alagoas, Bahia e Piauí e tem sua costa banhada pelo Oceano Atlântico. Também faz parte do território pernambucano, o arquipélago de Fernando de Noronha, a 542 km da costa.

Nas últimas três décadas, Pernambuco mudou o seu perfil econômico deixando de ser agrícola e se transformou em centro de serviços, comércio, turismo e informática. Desde o Século XVI, a cana-de-açúcar tem papel relevante na economia, mas começa a dar lugar a plantações de flores na Zona da Mata e a fruticultura irrigada, sobretudo na região de Petrolina, onde se cultiva uva, manga e melancia.

Na última década, consolidam-se os setores de ponta da economia pernambucana, sobretudo aqueles atrelados ao setor de serviços (turismo, informática, medicina) e estabelece-se uma tendência constante de modernização da administração pública.

Grandes investimentos previstos em setores como o petroquímico, o biotecnológico, o farmacêutico e o automotivo devem impulsionar ainda mais a economia do estado, que vem crescendo acima da média nacional.

O PIB pernambucano vem se mantendo estável mesmo com a crise financeira nacional em 2016. Em 1999, é concluída a primeira etapa do Complexo Industrial e Portuário de Suape e continua a sua expansão em 2014.

O Complexo Industrial e Portuário de Suape tem potencial para triplicar o PIB pernambucano até 2030. Pernambuco tem um dos principais polos de desenvolvimento de softwares do Brasil, criado em 2000, conhecido como Porto Digital. O polo é localizado na ilha que deu origem à cidade do Recife, situado no bairro do Recife e resultou da implementação de políticas públicas em parceria com a iniciativa privada, universidades e órgãos de fomento.

Atualmente, Pernambuco é o segundo polo industrial da região, só ficando atrás da Bahia. No atual contexto, o estado de Pernambuco é governado por três poderes: o executivo,

representado pelo Governador do Estado; o legislativo, representado pela Assembléia Legislativa de Pernambuco; e o judiciário, representado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Também é permitida a participação popular nas decisões do governo através de referendos e plebiscitos.

A atual constituição do estado de Pernambuco foi promulgada em 5 de outubro de 1989, acrescida das alterações resultantes de posteriores emendas constitucionais. O Poder Executivo pernambucano está centralizado no Governador do Estado, que é eleito em sufrágio universal e voto direto e secreto, pela população, para mandato de quatro anos de duração, podendo ser reeleito para mais um mandato por igual período. Sua sede é o Palácio do Campo das Princesas, construído em 1841 pelo engenheiro Moraes Âncora a mando do então Governador Francisco do Rego Barros.

O Poder Legislativo pernambucano é unicameral, constituído pela Assembléia Legislativa de Pernambuco, localizado no bairro de Boa Vista, na cidade do Recife. Ela é constituída por 49 deputados, que são eleitos a cada quatro anos. No Congresso Nacional, a representação pernambucana é de três senadores e 25 deputados federais. O Poder Judiciário é exercido pelos juizes e possui a capacidade e a prerrogativa de julgar, de acordo com as regras constitucionais e leis criadas pelo poder legislativo.

Ao lado destes setores, o Estado desde o surgimento do Complexo Industrial e Portuário de Suape, abrangendo as cidades do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife, conta, em volta deste Polo, com um crescente florescimento de Indústrias, de Comércio e de serviços.

O Complexo Industrial e Portuário de Suape é considerado um dos principais investimentos do país. O Complexo possui uma área de 13.500 hectares distribuída em zonas Portuária, Industrial, Administrativa e Serviços, de Preservação Ecológica e de Preservação Cultural. Suape possui infraestrutura terrestre própria, com ferrovias e rodovias e, além disso, o Complexo conta ainda com fornecimento de gás natural, energia elétrica, água bruta e água tratada. O Porto apresenta uma estrutura moderna, com profundidade entre 15,5m e 20,0m e enorme potencial de expansão. Já são mais de 100 empresas em operação, responsáveis por mais de 25 mil empregos diretos e outras 50 empresas em implantação, tais como indústrias de produtos químicos, metal-mecânica, naval e logística, que vão fortalecer os polos de geração de energia, grãos líquidos e gases, alimentos e energia cólica, além de abrir espaços em outros segmentos como metal-mecânico, grãos e logística. Tudo isso somado supera 40 bilhões de reais em investimentos, gera 15 mil novos empregos e mais de 40 mil empregos na construção civil.

No Complexo Industrial e Portuário de Suape está localizado o Estaleiro Atlântico Sul, com capacidade de processamento de 160 mil toneladas de aço/ano, 1 milhão e 620 mil metros

quadrados de terreno, área industrial coberta de 130 mil metros quadrados e um dique seco de 400 metros de extensão, 73 metros de largura e 12 metros de profundidade. O dique é servido por dois pórticos Goliaths de 1.500 toneladas/cada, dois guindastes de 50 toneladas/cada e dois de 35 toneladas/cada. O Estaleiro Atlântico Sul possui também um cais de acabamento com 730 metros de extensão, equipado com dois guindastes de 35 toneladas. Outros 680 metros de cais são utilizados para a construção de plataformas offshore. Sua infraestrutura, tecnologia e porte dos equipamentos permitem reduzir o tempo de edificação, posicionando o Estaleiro no seleto time das plantas navais de quarta geração, juntamente ao lado dos estaleiros asiáticos, considerados a vanguarda da construção naval mundial. É o único estaleiro brasileiro a figurar nesta classificação.

No Complexo Industrial e Portuário de Suape haverá a criação da Refinaria de Petróleo Abreu e Lima, que acarretará um investimento inicial na ordem de 4 bilhões de dólares, com início das obras de terraplanagem em 2007 e a nova previsão operacional para o final de 2014, com seu pleno funcionamento a partir do primeiro trimestre de 2015.

A refinaria terá a capacidade para processar 230 mil barris diários de petróleo e abastecerá toda a Região Nordeste. O empreendimento tem potencial para geração de 240 mil postos de trabalho, considerando os diretos, indiretos e os gerados pelo efeito renda, nos quatro anos de implantação e recolherá impostos estaduais e municipais na ordem de 970 milhões de dólares anualmente. Após o início de operação haverá uma grande necessidade de profissionais nas áreas de Administração, de Contábeis e de Direito, aptos para atuarem nas áreas, que surgirão em torno do Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Identificou-se ainda no Estado, um aumento significativo de Instituições de Ensino Superior, o que acarretará uma grande necessidade de profissionais habilitados na área de Ciências Sociais Aplicadas (como por exemplo, em Administração, em Ciências Contábeis e em Direito), aptos para atuarem também neste segmento de mercado. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) da IES contemplam o respeito às diferenças e a diversidade humana.

A diversidade se impõe como uma condição para o alcance da universalidade e da indivisibilidade dos Direitos Humanos. A fundamentação filosófica da educação inclusiva defende que as pessoas precisam ser tratadas da mesma forma, respeitando-se a limitação de cada uma.

Neste contexto é que se encontram inseridos os Cursos de bacharelado da IES, que objetivam a formação de profissionais habilitados nas suas respectivas áreas de formação, com uma base generalista, dotados de competências e habilidades, que permitam suprir as necessidades destes mercados.

V – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Tabela: Siglas e Competências de Conselhos, Núcleos e Comissões da FCHPE:

Sigla	Órgão	Competências
CPA	Comissão Própria de Avaliação	É a comissão (formada por representante dos docentes, discentes, do corpo-técnico-administrativo e da sociedade civil organizada) responsável por coordenar e articular o processo de autoavaliação institucional, acompanhar o processo de Avaliação Interna dos Cursos, elaborar os relatórios dos processos de Avaliação, sensibilizar a comunidade acadêmica para a importância da autoavaliação e divulgar os resultados consolidados da avaliação institucional, anualmente, por diversos meios e obrigatoriamente na página eletrônica da IES.
CONSU	Conselho Superior	É o Órgão Colegiado Superior da IES ou a Instância de Decisão Superior dotado das seguintes competências: I - apreciar e aprovar o Regimento da Faculdade e suas alterações, submetendo-os ao órgão federal competente nos termos da legislação vigente; II - aprovar o plano anual de Atividades da Faculdade, observado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); III - aprovar a realização de cursos de aperfeiçoamento, especialização, extensão, mestrado e doutorado, mediante, quando for o caso, de prévia autorização do órgão federal competente nos termos da legislação vigente, bem como também aprovar os seus respectivos planos; IV - sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pela Direção da Faculdade, entre outras atribuições.
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Regulamentar as atividades de pesquisa e de extensão, o desenvolvimento de estágios supervisionados, trabalhos monográficos de graduação e atividades complementares e deliberar sobre projetos e programas que lhes forem submetidos pelo Diretor, com parecer da Coordenadoria do curso respectivo;
NDE	Núcleo Docente Estruturante	Acompanhar e atuar nos processos de concepção, consolidação e contínua atualização dos projetos pedagógicos de cada curso, exercendo liderança acadêmica no âmbito dos seus respectivos cursos, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela Instituição, e atuando sobre o desenvolvimento dos Cursos da Entidade. É composto por membros do corpo docente de cada curso.
NPJ	Núcleo de Prática Jurídica	É um espaço reservado para os alunos entrarem em contato com a prática jurídica de maneira real, com atendimento à população carente, com atuação no PROCON e via convênio com a Defensoria do Estado de Pernambuco ou com atuação de forma simulada, a partir de estudo de casos supervisionados pelos Professores Orientadores. Há também o acompanhamento do estágio externo, realizado por meio do Termo de Convênio, firmado entre os escritórios de advocacia, empresas e entidades públicas com a IES.
NAID	Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos	Implementar e desenvolver as políticas institucionais sugeridas no Projeto de Acessibilidade da IES e os processos de acessibilidade, inclusão e Direitos Humanos da IES. Portanto é responsável pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica e políticas de Direitos Humanos, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade contribuindo para a organização da política Inclusiva da IES. O NAID é composto pelo Diretor, pelo Coordenador da CPA, por um representante dos Coordenadores ou por um representante de uma das coordenações de apoio dos cursos e

		por um representante do corpo técnico- administrativo.
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas	Implementar e desenvolver as políticas, projetos, ações institucionais de educação das Relações Étnico-raciais e estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, com incentivo à pesquisa, bem como, ações de combate à discriminação e ao racismo. Formado por Docentes e Discentes.
CSA	Comissão de Sustentabilidade Ambiental	Implementar e desenvolver as políticas institucionais de educação ambiental. Neste sentido promover o desenvolvimento da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco de forma sustentável e integrada ao contexto ambiental do seu entorno, ao viabilizar, por exemplo, a disposição adequada dos resíduos sólidos, além da promoção à conservar as edificações antigas da IES.
CIC	Comissão de Iniciação Científica	Implementar e desenvolver as políticas, projetos, ações institucionais relacionadas à pesquisa, e sobretudo apoiar o Programa de Iniciação Científica e à Pesquisa Institucional.
CP	Comissão Prouni	Responsável ao atendimento ao discente no acompanhamento do Programa Universidade para Todos na IES. O Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas.

VI - METODOLOGIA

Utilizou-se a seguinte metodologia na avaliação: cada uma das 10 dimensões do contou com quatro (04) opções de respostas pelos usuários (Comunidade Acadêmica) relacionadas com as dimensões, no seguinte contexto: a. Ruim/Fraca; Regular, Boa e Excelente, o usuário indicaria que a Instituição não possuía, nem implementou ou não programou o item indagado na dimensão, precisando viabilizá-lo. Já na resposta Regular o usuário indicaria que a Entidade, embora possuísse o item indagado na dimensão ou o tenha programado, mas não se encontravam implementados ou não estavam adequadamente funcionando, sendo necessário serem implementados ou readequados. Nesta resposta foi possível o usuário justificar a(s) deficiência(s) do item. Com relação à resposta Boa, o usuário indicou que a Instituição implementou o item indagado na dimensão e que se encontravam adequadamente funcionando.

No período indicado a autoavaliação (04/02/2016 a 30/11/2016), teve o CPD da IES utilizado como instrumentos para disponibilizar o material da autoavaliação, a Comunidade Acadêmica (usuários), os computadores dos Laboratórios de Informática dos 03 (três) Cursos da IES (77 estações), com programas de Informática específicos para apuração da autoavaliação, desenvolvidas pela própria IES, bem como ainda, adaptou e utilizou a *home page* da IES no processo de autoavaliação (Acadweb), onde cada usuário da Comunidade Acadêmica teve acesso também a autoavaliação pela Intranet ou por meio da ouvidoria na Internet (www.sopece.br).

Uma vez coletados os resultados da autoavaliação realizada junto a Comunidade Acadêmica pelo CPD, este material foi enviado em relatórios para apuração do sistema que se

encarregou da verificação e tabulação dos dados colhidos, sendo processado e transformado os resultados apurados das Dimensões e seus Anexos, em Tabelas, com os seus respectivos percentuais das suas respostas e suas justificativas.

Essas tabelas, com os percentuais das respostas e justificativas das Dimensões e seus anexos foram encaminhadas pelo Centro de Processamento de Dados à CPA para análise, tratamento de dados de acordo com a missão e os objetivos da IES, objetivando a elaboração e publicação do presente relatório parcial.

As respostas fechadas das dimensões foram analisadas e tratadas da seguinte forma: onde se verificou maior incidência de respostas interpretado como "ruim" e desta forma, considerada como um item de fragilidade da Instituição, precisando ser implementada melhorias.

Já as respostas com maior incidência de respostas bom e regular foi considerada como "regular", mas necessitando ser mais bem readequada, sendo um item de passível de verificação pela Instituição precisando ser melhorada ou aperfeiçoada.

Com relação às questões com maiores incidências de respostas regulares foram interpretadas como "boa", sendo considerada como um ponto forte ou uma potencialidade da IES.

Ainda com relação às respostas abertas das dimensões, em formas de justificativas nas respostas boas, que possibilitou aos usuários justificar as deficiências do item, todas foram analisadas e mesmo não atingindo o contexto predominante no item avaliado nas Dimensões respectivas, todas as justificativas voltadas ao contexto educacional, aos Projetos Pedagógicos, a missão e os objetivos da IES ou àquelas justificativas relacionadas tanto com a melhoria, quanto como as falhas nos Cursos foram colocadas como observação abaixo das tabelas apuradas e colocadas à disposição dos Coordenadores dos Cursos para uma melhor reflexão, sendo, entretanto, desconsideradas àquelas que não apresentaram justificativas objetivas ao contexto educacional para efeito do relatório parcial.

Por fim foi apresentado o relatório de autoavaliação ao colegiado da IES, publicado o relatório parcial na Internet e os seus resultados colocados à disposição dos interessados na Secretaria da Faculdade, com restrições aos itens de caráter sigiloso das informações nelas contidos. Entretanto, cada um dos avaliados recebeu sua avaliação individual nos setores específicos da IES, ou seja, os Técnico-Administrativos junto ao Departamento de Pessoal e os Docentes junto a Coordenação de Orientação Administrativa, Pedagógica e Profissional dos Cursos, sendo tratado individualmente com cada docente.

As avaliações dos Professores serão tratadas individualmente com cada um, com abordagem da CPA e dos respectivos NDE e Coordenadores, os demais temas também foram e

serão tratados em solenidade pública no Auditório da IES, na abertura das primeiras Atividades Complementares – AC, de 2016.

A CPA atuará na investigação e análise de processos internos da FCHPE/SOPECE, além de exercer a representação externa da instituição. Há representação igualitária de diversos setores internos e externos, como o corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo e sociedade civil.

A Comissão busca dados sobre os indivíduos, equipes, setores e atividades desenvolvidas pela FCHPE/SOPECE e, dessa forma, possa compreender melhor as dimensões indicadas pela legislação CONAES/SINAES/INEP/MEC. A CPA enfatiza aspectos ligados a níveis de compromisso, de participação, de trabalho em equipe, de parcerias com outros setores, de comunicação e de cumprimento das metas planejadas coletivamente.

As avaliações dos dados investigados pela CPA baseiam-se na leitura de documentos (Projeto Político de Curso/PPC, Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI e de relatórios de Área), nas análises de dados coletados por formulário específico, relatórios das avaliações do MEC e da OAB e nas discussões em torno da articulação destes com as dimensões estabelecidas pelo MEC.

Há uma página da CPA no website da FCHPE/SOPECE destinada a informar o papel desta no desenvolvimento institucional e sensibilizar a comunidade acadêmica interna de sua relevância. Ela pode ser acessada na aba CPA no website da instituição (<http://www.sopece.br>) ou diretamente (via http://sopece.edu.br/?page_id=3878).

VII - FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA

A Ouvidoria é um canal de comunicação que atende pessoas das comunidades interna e externa, que tenham algum tipo de dúvida, crítica ou sugestão relacionadas aos assuntos da IES. Para acessar a ouvidoria, pode-se encaminhar uma comunicação na tela inicial do Portal da IES www.sopece.br.

A função de ouvidoria é desempenhada por um grupo de funcionários e professores treinados e especializados no atendimento das demandas recebidas pessoalmente, por telefone e por meio eletrônico. Esse grupo recebe, avalia, encaminha e acompanha o trâmite junto aos setores competentes, sob a supervisão, orientação e acompanhamento do ouvidor. No âmbito interno, o diálogo com o público (colaboradores e alunos) é desenvolvido por instrumentos diretos.

Ainda como canal de permanente diálogo com os diversos segmentos da comunidade acadêmica, está à participação ativa e direta de representantes discentes e docentes em

colegiados de curso, NDE, além da realização de reuniões periódicas com alunos representantes de sala, entre outras representações.

Vale salientar que os procedimentos referentes à ouvidoria são inter-relacionados diretamente com a CPA que, semestralmente, analisa os relatórios consolidados pelo referido setor, utilizando seus resultados como indicadores a serem trabalhados no planejamento institucional. Embora a ouvidoria tenha como foco as informações, sugestões e críticas, o trabalho conjunto com a CPA se fundamenta basicamente nas sugestões e críticas, enquanto que as informações são trabalhadas diretamente nos diversos setores institucionais.

VIII – DESENVOLVIMENTO

PLANEJAMENTO:

Convênios

O Curso de Direito conta com vários convênios, sendo o mais expressivo o assinado com a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, que permite aos alunos da prática jurídica uma vivência real das normas jurídicas. Além do mais, tal convênio permite uma presença social da instituição, visto que a comunidade carente da região metropolitana do Recife conta com uma estrutura integrada, acessível e atuante na defesa de seus direitos. Além do citado convênio merece destacar o celebrado com o PROCON-PE.

A permanente preparação profissional, a afirmação da autonomia técnica e intelectual do aluno, o desenvolvimento do conhecimento e a produção de saberes tecnológicos necessários a situações novas requerem habilitações diferenciadas para intervir no mundo de forma responsável. Por este motivo, na matriz curricular, a incluem-se disciplinas como:

1. Libras como disciplina optativa e ofertada de modo presencial;
2. Direito Ambiental como disciplina obrigatória como reflexo das Políticas de educação ambiental, além de o tema circular o curso de maneira transversal e contínua, conforme recomendação do MEC e ser tema de um núcleo de estudos específico, que permitirá a produção de trabalhos acadêmicos voltados à temática;
3. Direito Agrário, como forma de permitir ao estudante o conhecimento de um campo específico no Direito e que, em virtude das questões latifundiárias, assume extrema importância;
4. Arbitragem e Mediação, Direito do Consumidor, Direito e Informática, Programação para Advogados, psicologia jurídica como disciplinas e atividades complementares inovadoras que refletem questões culturais de extrema importância de atividades científicas e profissionais para a atuação em âmbito nacional.

Nesse sentido, relativamente ao mercado de trabalho, a realidade profissional dos egressos também é objeto de reflexão e provoca impactos na condução da formação acadêmica da FCHPE/SOPECE. Após a conclusão de cada turma, o Núcleo de Prática Jurídica, por meio da Supervisão de Estágio e Colocação Profissional realiza pesquisas semestrais para identificar as opções profissionais dos alunos.

Programa de Monitoria

A faculdade contou no período de 2016 com 03 alunos participantes do programa de monitoria.

Tabela: Alunos participantes do Programa de Monitoria

Aluno	Curso	Disciplina
José Barbosa da Silva Júnior	Direito	Direito Constitucional
Fábio Francisco de Souza	Direito	Direito Penal
Lidiane Gomes Lira	Direito	Direito do Trabalho

Iniciação Científica

Já consolidado nos anos anteriores, o Programa de Iniciação Científica (PIC) contemplou a participação de 18 (dezoito) projetos de pesquisa aprovados no pela Comissão de Iniciação Científica.

Tabela: Projetos aprovados no Programa de Iniciação Científica (PIC) 2016

Projeto	Aluno/a(s)	Orientador/a
A aplicabilidade da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) às mulheres transgêneres/transsexuais pelos tribunais superiores: um estudo jurídico-antropológico	Izabella Maria Leal Cabral de Mello (Mat. 1302053)	Claudia Simonne Carneiro Gouveia
A importância cultural brasileira – estudo sobre Olinda	Amanda Ferreira Cavalcante (Mat. 1502125)	Claudia Simonne Carneiro Gouveia

A Eutanásia no Direito Internacional	Sandra Ferreira Cavalcanti (Mat. 1302043)	Claudia Simonne Carneiro Gouveia
O Direito Previdenciário na Constituição Federal de 1988	José Barbosa da Silva Junior (Mat. 1402070)	Claudia Simonne Carneiro Gouveia
<i>O Luck Egalitarianism</i> na Filosofia do Direito de Ronald Dworkin	Bruno Antonio Marques Justino (Mat. 1502005)	Heitor Hedler Siqueira Campos
Direito à acessibilidade Proposto na Lei 10098/2000 e na Lei 13.146/2015, de 06/07/2015	Marilúcia de Oliveira Vasconcelos (Mat. 0902062)	Heitor Hedler Siqueira Campos
Arbitragem nos Contratos Administrativos	Ubiratan Barbosa Figueiredo (Mat. 1302048)	Roberta Maropo de Oliveira Queiroz
A legitimidade da incidência das tarifas TAC e TEC nos contratos de financiamento de veículos	Douglas Santiago da Silva (Mat. 1402032)	Roques Matias de Oliveira Júnior Carlos Átila Pierre de Lima (co-orientador)
O descumprimento da desapropriação pela função socioambiental da propriedade	Aglailson Amaury da Paixão (Mat. 1202087)	Marfisa Cysneiros de Barros
Alienação Parental: pais e filhos na sociedade moderna	Amanda Pimentel Lopes de Oliveira (Mat. 1202086) Eudezia Maria Duda Magalhães (Mat. 1202032) Marcela Rangel Paes de Lira (Mat. 1202182)	Marfisa Cysneiros de Barros

Considerações sobre as teorias da decisão jurídica	José Mario Ramos Correia de Araújo (Mat. 1302062)	Álvaro Duarte
Políticas criminais de proteção aos direitos da mulher como espécie do gênero direitos humanos: pretensão punitiva da Lei 11.340/2006	Isabela Goulart de Vasconcelos Azevedo (1302066) Manayra Monteiro Alves do Nascimento (Mat. 1302011)	Álvaro Duarte
A importância dos controles internos nas empresas: o caso Petrobras	Luiz Carlos Alves de Andrade (Mat. 1504042)	Nilson de Caldas Matos Ferreira
Marketing Verde no gerenciamento organizacional e em defesa do meio ambiente	Jane Claudia Lima (Mat. 1301029) Jessica Silva de Mesquita (Mat. 1301015)	Antonia Dutra de Araújo
Os protocolos de segurança na produção de embalagem impactam no meio ambiente positivamente ou negativamente?	André Diniz Cerqueira Leite (Mat. 1501015) Thanagra Cristina P.S. Medeiros (Mat. 1501039)	Antonia Dutra de Araújo
Consumo consciente em defesa do meio ambiente: uma análise estratégica sobre o apelo dos cinco sentidos	Felipe Barros de Amorim Silva (Mat. 1501007) Rafaelly Wanderley Ferreira (Mat. 1201012)	Antonia Dutra de Araújo

<p>Aprendizagem organizacional: um estudo sobre os métodos, aplicabilidade e eficácia</p>	<p>Leonardo Silva de Souza (Mat. 1301047)</p> <p>Mirella Meireles (Mat. 1301050)</p> <p>Washington Luiz do Nascimento Neto (Mat. 1301032)</p>	<p>Ubiracy Monteiro</p>
<p>Psicologia Jurídica: punir ou socializar?</p>	<p>Jeú Delmondes de Carvalho (Mat. 1402165)</p> <p>Mário Pedrosa Pereira (Mat. 1302173)</p> <p>Antonio Marlos Ferreira Duarte (Mat. 1402023)</p>	<p>Ubiracy Monteiro</p>

Pós-graduação

A FCHPE/SOPECE visando ampliar o seu campo de atuação vem promovendo constantemente cursos de pós-graduação (lato sensu) nas áreas do conhecimento correlatas aos seus cursos de graduação.

No ano de 2016 foram ofertados 4 (quatro) cursos de pós-graduação, com um total de 199 alunos distribuídos nos 4 (quatro) cursos oferecidos.

Publicações

A Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco conta com 3 (três) periódicos na forma de revistas científicas, que publicam artigos elaborados por colaboradores internos e externos.

Tabela: Periódicos Científicos Mantidos pela Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco - 2016

Revista	Editor	ISSN
Revista de Administração	José Filgueira Forte	1806-8839
Revista do Curso de Ciências Contábeis	José Filgueira Forte	1807-250x
Revista do Curso de Direito	Heitor Hedler Siqueira Campos	1981-0687

Visando fomentar a pesquisa científica a FCHPE/SOPECE requereu ISBN para a edição de livros, o que permitirá a publicação de trabalhos realizados pelos professores em cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), bem como demais trabalhos desenvolvidos.

Além do mais, encontra-se em estruturação um site para que a revista jurídica seja publicada de forma on-line, permitindo e facilitando o acesso do seu conteúdo. Além da revista jurídica já existente, encontra-se em criação uma revista específica para os Trabalhos de Conclusão de Curso que sejam selecionados, bem como, outra revista voltada para as atividades de pesquisa.

IX – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A autoavaliação da FCHPE/SOPECE cumpre a Lei nº 10.861/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e segue as disposições da Portaria do MEC nº 2.051/2004, bem como as orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

A FCHPE/SOPECE concebe a CPA como conjunto de ações que auxiliam na gestão dos diversos setores da instituição para desenvolvimento, aperfeiçoamento e transparência dos processos acadêmicos e administrativos necessários à excelência do ensino e da pesquisa no Direito.

Para dar ciência ao INEP dos processos de ensino e pesquisa e de sua responsabilidade social, a CPA coleta dados, sistematiza informações e produz relatórios a partir da composição representativa dos diversos setores institucionais, a fim assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.

Os resultados da investigação da CPA possibilitam reflexão e diálogo entre setores e agentes e permitem diagnósticos mais profundos da realidade institucional, a identificação de suas demandas, o estabelecimento de metas para o planejamento dos anos posteriores.

A gestão FCHPE/SOPECE apoia-se na cultura da avaliação e do planejamento voltada para a ideia de que a autonomia da escola deve ser estruturada por sua proposta pedagógica.

O plano de desenvolvimento institucional, ancorado nas análises da CPA, abre perspectivas para melhorar a qualidade das políticas e práticas institucionais. A CPA influencia os rumos acadêmicos na articulação das diretrizes e das orientações requeridas pela missão institucional para a tomada de decisões da escola.

O trabalho da CPA tem sido primordial para o fortalecimento do propósito avaliativo assumido desde a origem da FCHPE/SOPECE, tanto na medida em que colabora para a diminuição de resistências à investigação, de receios a críticas e de posturas individualistas para a conquista e a confiança do desejo de participar da construção política e prática e da integração de esforços para a realização de um trabalho coletivo.

A CPA incentiva democrática e coletivamente o compromisso tácito, o engajamento de todos na tomada de decisões para as ações que qualificam a FCHPE/SOPECE como referência no ensino do direito e na formação de lideranças para pensar o Brasil do século XXI.

A história e as características da escola, sua missão institucional, o aprimoramento da realidade apresentada, a conquista das finalidades, os objetivos pretendidos, o teor dos conteúdos e temas abordados, os procedimentos metodológicos de ensino e de pesquisa constituem-se objetos de investigação pela CPA, que fornece subsídios para o planejamento estratégico da FCHPE/SOPECE.

As necessidades da CPA da FCHPE/SOPECE são suplantadas tanto pela infraestrutura destinada pela instituição (salas e auditórios para reuniões e seminários, recursos audiovisuais, impressão de materiais, lista de e-mail institucional por setor, divulgação dos resultados, página na web para divulgação dos resultados entre outros) como pela cooperação de alunos, professores, funcionários, gestores na coleta dos dados analisados.

Objetivos gerais da CPA da FCHPE/SOPECE

São objetivos centrais da CPA:

1. Informar ao INEP dados sobre a FCHPE/SOPECE;
2. Impulsionar melhorias na qualidade da graduação, da pós-graduação e da pesquisa no campo do direito;

3. Fortalecer a concepção de avaliação como construção coletiva e processual;
4. Potencializar a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social;
5. Reforçar o compromisso e as responsabilidades sociais da FCHPE/SOPECE frente ao cenário educacional e científico do campo do direito

Objetivos específicos da CPA da FCHPE/SOPECE

São objetivos específicos da CPA:

1. Avaliar a instituição como uma totalidade integrada;
2. Analisar a coerência entre a missão e as políticas institucionais realizadas;
3. Fornecer subsídios para a gestão acadêmica e administrativa para o desenvolvimento institucional;
4. Dar ciência à comunidade acadêmica das qualidades e problemas presentes, bem como dos desafios futuros para a tomada de decisão e a construção de mecanismos de ação institucionais;
5. Favorecer a tomada de decisão dos dirigentes da Instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços desenvolvidos;
6. Identificar as potencialidades institucionais para a manutenção dos projetos acadêmicos e administrativos;
7. Analisar os limites e possíveis causas de problemas presentes nos processos acadêmicos e administrativos;
8. Conscientizar o corpo docente e técnico-administrativo do papel da avaliação na condução do trabalho institucional;
9. Incentivar as relações de cooperação entre os diversos setores da instituição;
10. Favorecer o vínculo da Instituição com a comunidade acadêmica;
11. Apreciar a relevância científica e social das atividades e produtos oferecidos pela instituição;
12. Prestar contas à sociedade das ações formativas e de pesquisa desenvolvidas pela FCHPE/SOPECE.

Espera-se que os relatórios da CPA FCHPE/SOPECE subsidiem a gestão acadêmica e administrativa relativa:

1. Ao Projeto pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação;
2. À inserção de seus profissionais no mercado de trabalho (aceitação da sua proposta do perfil do egresso);
3. Ao quadro docente e ao quadro técnico-administrativo em face da quantidade, qualidade, formação, experiência profissional, produção acadêmica, política de pessoal, políticas de incentivo à carreira etc.;
4. À infraestrutura física e recursos tecnológicos (biblioteca, laboratórios, salas de aula, auditórios etc.) adequados ao ensino e à pesquisa no campo do direito;
5. À política de ensino e pesquisa em acordo Ministério da Educação e da Cultura (MEC);
6. À missão institucional para o desenvolvimento do país e referência ao ensino do direito.

A CPA promove reflexões sobre a cultura, as políticas de ensino e de pesquisa, bem como sobre as práticas institucionais pautadas no diálogo entre setores, com vistas à integração, autonomia e construção de parcerias inovadoras e questionadoras para que diálogos sejam produzidos e novas práticas incorporadas. Os movimentos adotados pela instituição resultam de seu compromisso em afirmar avanços no âmbito do processo de ensino/aprendizagem e formação/pesquisa que atestem a excelência da FCHPE/SOPECE.

X - AÇÕES REALIZADAS

As reuniões ocorrem, aproximadamente, 3 (três) vezes por semestre, com produção de atas, mantendo-se a comunicação por meio de mensagens de pareceres parciais pelos membros da CPA e, posteriormente, a transformação destes no presente relatório final.

A CPA adota os seguintes procedimentos de pesquisa: um formulário aplicado ao corpo discente para coleta de dados sobre disciplinas, professores, material didático e autoavaliação e outro, a funcionários técnico-administrativos, gestores e professores.

O primeiro identifica a percepção dos alunos acerca da qualidade de ensino ofertado e o segundo distingue o grau de conhecimento e satisfação dos funcionários acerca da instituição.

A avaliação pela CPA se vale dos seguintes dados fornecidos pelos alunos e coletados pela graduação:

1. Desempenho do corpo docente;
2. Interesse e valor das disciplinas curriculares e atividades complementares;

3. Qualidade do material didático e

4. Compromisso e participação discente

Quanto aos dados obtidos por intermédio dos funcionários, indaga-se sobre:

1. Conhecimento da missão institucional, do PDI, do PPI e da CPA;

2. Participação (costumo dar sugestões para a melhoria do trabalho em equipe)

3. Colaboração (A realização de meu trabalho depende só de mim)

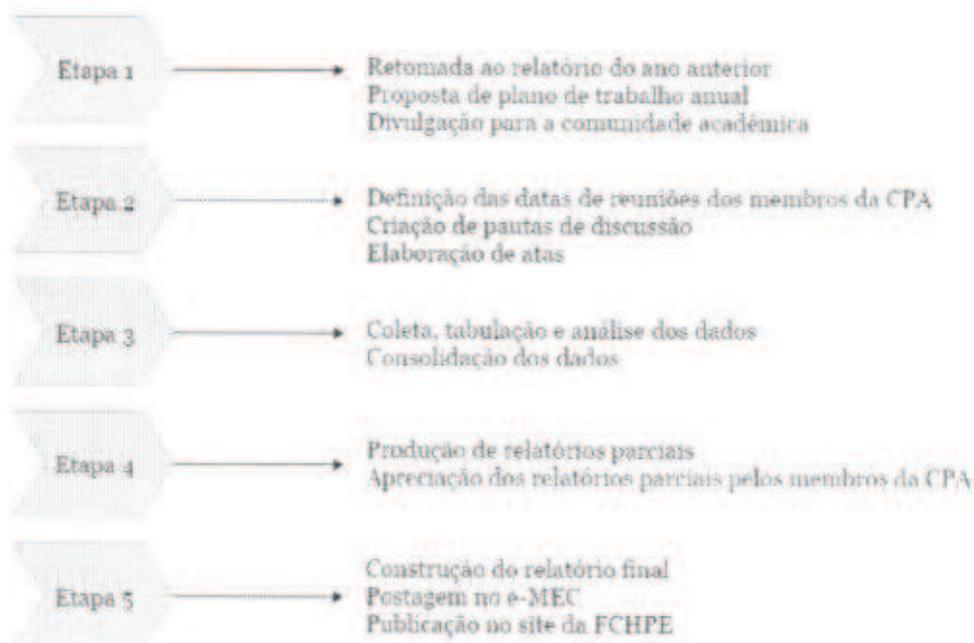
4. Parceria (Minhas funções são exercidas em parceria com outras pessoas)

5. Comunicação (preciso me comunicar com outros setores para realizar meu trabalho);

O trabalho da CPA inicia-se pela retomada do relatório parcial do ano anterior para balanço das ações institucionais e dos resultados encontrados pela autoavaliação entre a CPA e a diretoria da instituição e para encaminhamentos futuros. O corpo diretor investe na possibilidade de atenção às demandas institucionais, a partir do acesso aos relatórios da CPA e aos dados coletados por formulários aplicados alunos, professores e funcionários.

A avaliação junto aos discentes da graduação realiza-se, aproximadamente, um mês antes da finalização do ano letivo. Quanto ao formulário aplicado a docentes, corpo gestor e funcionários técnico-administrativo, a pesquisa recolhe os dados no final do ano por intermédio de procedimentos de pesquisa.

Para seguir o roteiro proposto pelo INEP, a CPA cumpriu a seguinte proposta de trabalho:



DADOS DE 2016

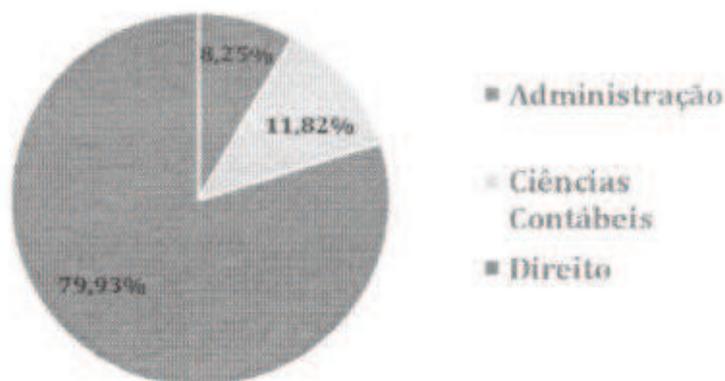
Ensino de graduação

No ano de 2016 a FCHPE/SOPECE contou com 897 alunos matriculados, sendo:

Tabela: Composição dos Cursos de Graduação da FCHPE/2016

CURSO	ALUNOS
Administração	74
Ciências Contábeis	106
Direito	717
TOTAL	897

Gráfico: Composição dos Cursos de Graduação da FCHPE/2016



Ensino de pós-graduação

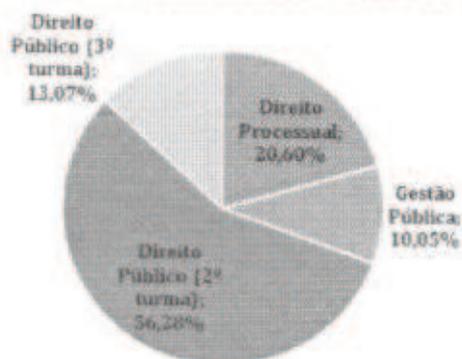
A pós-graduação conta com 4 (quatro) cursos, sendo: uma turma de Direito Processual, duas turmas de Direito Público e uma turma de Gestão Pública.

Os 4 (quatro) cursos oferecidos, contam com um total de 199 alunos, sendo distribuídos da seguinte forma:

Tabela: Cursos de Pós-Graduação Oferecidos e Quantitativo de Alunos/2016

CURSO	ALUNOS
Direito Processual	41
Gestão Pública	20
Direito Público (2ª turma)	112
Direito Público (3ª turma)	26
TOTAL	199

Gráfico: Composição dos Cursos de Pós-Graduação da FCHPE/2016



Pesquisa

A FCHPE/SOPECE desenvolve ativamente a realização de pesquisas. Conta com uma Comissão de Iniciação Científica, responsável pela elaboração do edital e monitoração do Programa de Iniciação Científica (PIC). A composição da Comissão de Iniciação Científica de 2016, conforme Portaria n. 24/2015:

Tabela: Composição da Comissão de Iniciação Científica

Comissão de Iniciação Científica		Docente
01	Presidente	Marfisa Cysneiros de Barros
02	Membro	Heitor Hedler Siqueira Campos
03	Membro	Nilson de Caldas Mattos Ferreira
04	Membro	José Filgueira Forte
05	Suplente	Luiz Andrade Oliveira
06	Suplente	Silvio de Albuquerque Santos

No período de 2016 foram ofertadas através do Programa de Iniciação Científica (PIC) 14 bolsas de estudo na forma de desconto na mensalidade do curso para a execução de 19 projetos:

Tabela: Projetos e Bolsas de Iniciação Científica - 2016

Projeto	Curso	Aluno/a(s)	Orientador/a	Bolsa
A aplicabilidade da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) às mulheres transgêneros/transsexuais pelos tribunais superiores: um estudo jurídico-antropológico	Direito	Izabella Maria Leal Cabral de Mello (Mat. 1302053)	Claudia Simonne Carneiro Gouveia	Aprovado sem bolsa
A importância cultural brasileira – estudo sobre Olinda	Direito	Amanda Ferreira Cavalcante (Mat. 1502125)	Claudia Simonne Carneiro Gouveia	Aprovado sem bolsa
A Eutanásia no Direito Internacional	Direito	Sandra Ferreira Cavalcanti (Mat. 1302043)	Claudia Simonne Carneiro Gouveia	Aprovado sem bolsa
O Direito Previdenciário na Constituição Federal de 1988	Direito	José Barbosa da Silva Junior (Mat. 1402070)	Claudia Simonne Carneiro Gouveia	Aprovado com 01 bolsa – José Barbosa da Silva Junior
<i>O Luck Egalitarianism</i> na Filosofia do Direito de Ronald Dworkin	Direito	Bruno Antonio Marques Justino (Mat. 1502005)	Heitor Hedler Siqueira Campos	Aprovado sem bolsa
Direito à acessibilidade Proposto na Lei 10098/2000 e na Lei 13.146/2015, de 06/07/2015	Direito	Marilúcia de Oliveira Vasconcelos (Mat. 0902062)	Heitor Hedler Siqueira Campos	Aprovado sem bolsa
Arbitragem nos Contratos Administrativos	Direito	Ubiratan Barbosa Figueiredo (Mat. 1302048)	Roberta Maropo de Oliveira Queiroz	Aprovado com 01 bolsa - Ubiratan Barbosa Figueiredo
A legitimidade da incidência das tarifas TAC e TEC nos contratos de financiamento de veículos	Direito	Douglas Santiago da Silva (Mat. 1402032)	Roques Matias de Oliveira Júnior Carlos Átila Pierre de Lima (co-orientador)	Aprovado sem bolsa

O descumprimento da desapropriação pela função socioambiental da propriedade	Direito	Aglailson Amaury da Paixão (Mat. 1202087)	Marfisa Cysneiros de Barros	Aprovado com 01 bolsa - Aglailson Amaury da Paixão
Alienação Parental: pais e filhos na sociedade moderna	Direito	Amanda Pimentel Lopes de Oliveira (Mat. 1202086) Eudezia Maria Duda Magalhães (Mat. 1202032) Marcela Rangel Paes de Lira (Mat. 1202182)	Marfisa Cysneiros de Barros	Aprovado com 01 bolsa - Amanda Pimentel Lopes de Oliveira
Considerações sobre as teorias da decisão jurídica	Direito	José Mario Ramos Correia de Araújo (Mat. 1302062)	Álvaro Duarte	Aprovado com 01 bolsa - José Mario Ramos Correia de Araújo
Políticas criminais de proteção aos direitos da mulher como espécie do gênero direitos humanos: pretensão punitiva da Lei 11.340/2006	Direito	Isabela Goulart de Vasconcelos Azevedo (1302066) Manayra Monteiro Alves do Nascimento (Mat. 1302011)	Álvaro Duarte	Aprovado com 02 bolsas - Isabela Goulart de Vasconcelos Azevedo e Manayra Monteiro Alves do Nascimento
A importância dos controles internos nas empresas: o caso Petrobras	Ciências Contábeis	Luiz Carlos Alves de Andrade (Mat. 1504042)	Nilson de Caldas Matos Ferreira	Aprovado com 01 bolsa - Luiz Carlos Alves de Andrade
Marketing Verde no gerenciamento organizacional e em defesa do meio ambiente	Administração	Jane Claudia Lima (Mat. 1301029) Jessica Silva de Mesquita (Mat. 1301015)	Antonia Dutra de Araújo	Aprovado com 02 bolsas - Jane Claudia Lima e Jessica Silva de Mesquita

<p>Os protocolos de segurança na produção de embalagem impactam no meio ambiente positivamente ou negativamente?</p>	<p>Administração</p>	<p>André Diniz Cerqueira Leite (Mat. 1501015)</p> <p>Thanagra Cristina P.S. Medeiros (Mat. 1501039)</p>	<p>Antonia Dutra de Araújo</p>	<p>Aprovado sem bolsa</p>
<p>Consumo consciente em defesa do meio ambiente: uma análise estratégica sobre o apelo dos cinco sentidos</p>	<p>Administração</p>	<p>Felipe Barros de Amorim Silva (Mat. 1501007)</p> <p>Rafaelly Wanderley Ferreira (Mat. 1201012)</p>	<p>Antonia Dutra de Araújo</p>	<p>Aprovado com 01 bolsa - Rafaelly Wanderley Ferreira</p>
<p>Aprendizagem organizacional: um estudo sobre os métodos, aplicabilidade e eficácia</p>	<p>Administração</p>	<p>Leonardo Silva de Souza (Mat. 1301047)</p> <p>Mirella Meireles (Mat. 1301050)</p> <p>Washington Luiz do Nascimento Neto (Mat. 1301032)</p>	<p>Ubiracy Monteiro</p>	<p>Aprovado com 03 bolsas - Leonardo Silva de Souza, Mirella Meireles e Washington Luiz do Nascimento</p>
<p>Psicologia Jurídica: punir ou socializar?</p>	<p>Administração</p>	<p>Jeú Delmondes de Carvalho (Mat. 1402165)</p> <p>Mário Pedrosa Pereira (Mat. 1302173)</p> <p>Antonio Marlos Ferreira Duarte (Mat. 1402023)</p>	<p>Ubiracy Monteiro</p>	<p>Aprovado sem bolsa</p>

Educação a distância

Durante o ano de 2016, principalmente no segundo semestre, a instituição iniciou, por meio de suas coordenações, estudos voltados ao desenvolvimento de ensino à distância. Visando, principalmente, permitir que parcela das horas relacionadas às disciplinas presenciais seja ofertada à distância.

O Estudo encontra-se em fase inicial, pois o sistema a ser utilizado ainda não fora projetado. Uma vez que, se estar tentando adaptar os mecanismos virtuais existentes às necessidades institucionais.

Corpo docente e Plano de Carreira Docente

Durante o período de 2016 o corpo docente da instituição contou com:

Tabela: Corpo Docente da FCHPE/2016

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
ACÁCIO FRANCISCO CRUZ DE OLIVEIRA	Especialista	HORISTA
AILTON VIEIRA DA CUNHA	Doutor	INTEGRAL
ALEXA CORRÊA SOARES	Especialista	HORISTA
ALYNE DE ANDRADE DE OLIVEIRA BEZERRA	Mestre	INTEGRAL
ALYSSON SILVA DOS SANTOS	Doutor	INTEGRAL
ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	Mestre	PARCIAL
ANTONIA DUTRA DE ARAÚJO	Mestre	HORISTA
ANTONIO ERNANDO CORRÊA NOVAES	Especialista	HORISTA
ARTUR GEORGE DE ANDRADE PEREIRA	Mestre	PARCIAL
BENEVOLO ALVES GALINDO	Mestre	
CARLOS ADONAI FERREIRA	Especialista	PARCIAL
CARLOS ÁTILA PIERRE DE LIMA	Especialista	PARCIAL
CLAUDIA SIMONNE CARNEIRO GOUVEIA	Mestre	HORISTA
DJAÍRO DIAS DE ANDRADE	Mestre	PARCIAL
FÁBIO JOSÉ VIANA SILVEIRA	Especialista	PARCIAL
FERNANDO JOSÉ PEREIRA DE ARAÚJO	Doutor	PARCIAL
FLAVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA	Doutor	PARCIAL
HEITOR HEDLER SIQUEIRA CAMPOS	Mestre	PARCIAL

HUGO VINICIUS CASTRO JUMENEZ	Mestre	PARCIAL
ISRAEL DE OLIVEIRA BARROS	Mestre	INTEGRAL
JACKSON BORGES DE ARAÚJO	Mestre	
JOSÉ EDIVALDO DA SILVA	Mestre	PARCIAL
JOSÉ FILGUEIRA FORTE	Mestre	INTEGRAL
JOSELITO JOSE DA SILVA	Especialista	PARCIAL
LEONARDO BRASIL MENDES	Mestre	HORISTA
LUCIANO JOAO DE SANTANA	Mestre	INTEGRAL
LUIZ ANDRADE OLIVEIRA	Especialista	PARCIAL
MARCO ANTONIO GRANHA	Mestre	PARCIAL
MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA	Especialista	HORISTA
MARFISA CYSNEIRO BARROS	Doutora	PARCIAL
MARIA DE LOURDES LOPES FREIRE	Especialista	PARCIAL
MARINA FIDELIS JERONIMO DE OLIVEIRA	Mestre	PARCIAL
NADIELLI MARIA DOS SANTOS GALVÃO	Mestre	PARCIAL
NELMA RAMOS MACIEL QUAIOTTI	Especialista	HORISTA
NILSON DE CALDAS MATTOS FERREIRA	Mestre	PARCIAL
PEDRO MENEZES DE CARVALHO	Mestre	INTEGRAL
ROBERTA CORRÊA DE ARAÚJO	Doutora	PARCIAL
ROBERTA MAROPO DE OLIVEIRA	Mestre	HORISTA
SILVIO DE ALBUQUERQUE SANTOS	Mestre	INTEGRAL
SUELY GONÇALVES	Especialista	HORISTA
TOMÉ BARROS MONTEIRO DE FRANÇA	Mestre	HORISTA
UBIRACY NEVES MONTEIRO	Doutora	INTEGRAL

No entanto, durante o ano letivo alguns professores foram desligados:

Tabela: Docentes desligados da FCHPE em 2016

DOCENTE	TITULAÇÃO
ÁLVARO HENRIQUE ARAÚJO DUARTE	Mestre
DANIEL CARLOS NUNES	Especialista
IVAN DANTAS DE ANDRADE	Mestre
JORGE BERNARDO DE OLIVEIRA	Mestre
LORENA RUFINO FERREIRA BESSA	Doutora
MARIA CREUZA DE ARAUJO	Doutora
ROQUE DE BRITTO ALVES	Doutor
ROQUES MATIAS DE OLIVEIRA	Mestre

RUTH PESSOA GONDIM	Doutora
VANUZIA MARIA NEVES	Mestre
YURI FRANKLIN MARINHO	Especialista

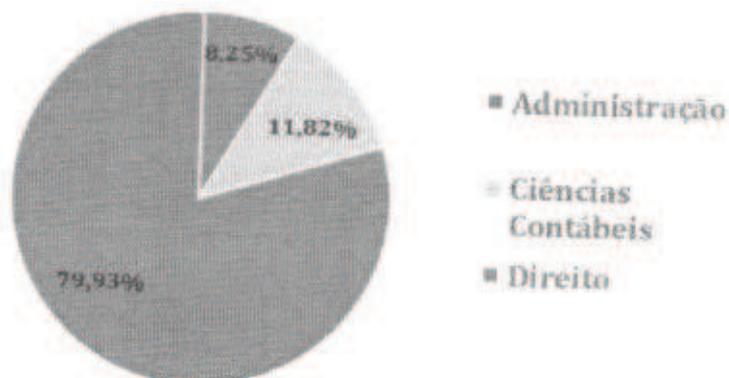
Corpo discente

O corpo discente é formado por 897 alunos, sendo:

Tabela: Composição dos Cursos de Graduação da FCHPE/2016

CURSO	ALUNOS
Administração	74
Ciências Contábeis	106
Direito	717
TOTAL	897

Gráfico: Composição dos Cursos de Graduação da FCHPE/2016



Infraestrutura física

O período de 2016 foi um ano marcante para a faculdade, pois inúmeras obras de acessibilidade podem ser observadas. Houve um investimento total no valor de R\$ 88.533,96 (oitenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos) em obras que visam adequar a estrutura já existente às novas diretrizes de acessibilidade.

Deve-se destacar os investimentos na construção e uma passarela, visando ligar os blocos de Direito e de Administração/Contabilidade e a aquisição de um elevador para ser instalado no bloco utilizado pelos cursos de Administração/Contabilidade.

O total de investimentos efetuados pela FCHPE/SOPECE na implementação das Políticas do PDI, entre os anos de 2010 e 2016 alcançaram o montante de 1.335.162,57 (hum milhão, trezentos e trinta e cinco mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), sendo todo o processo de implementação acompanhado pela CPA (Comissão Própria de Avaliação) da IES.

Esses recursos foram distribuídos da seguinte forma:

ANO	ITENS DE ACESSIBILIDADE	VALORES (RS)
2016	Projeto de Cálculo Estrutural da Passarela	2.815,50
2016	Piso Tátil	13.815,10
2016	Passarela Metálica	12.265,50
2016	Montagem da Passarela Metálica	8.004,72
2016	Pagamento de 50% de Placas de Inox	1.786,00
2016	1º parcela da Compra do Elevador	20.000,00
2016	Projeto de Arquitetura da Passarela Metálica e Elevador Vertical	13.139,00
2016	Material de Construção	6.392,50
2016	Serviços de Serralharia	4.752,00
2016	Compra de Bacias sanitárias para pessoa deficiente	1.135,00
2016	Compra de portas e caixas de porta	2.159,40
2016	Mão de obra	2.269,24
TOTAL (RS)		88.533,96

Nas inovações trazidas pelos procedimentos de reformas da instituição, destacamos a construção de uma passarela ligando os dois blocos existentes, o que permitirá a fluência de alunos em ambos os setores da instituição.

Além do mais, deve-se ressaltar o início da instalação de um elevador no bloco pertencente aos cursos de contabilidade e administração, o que facilitará o acesso dos estudantes, professores e funcionários em todos os andares do referido bloco.

Por fim, também deve-se ressaltar a existência do piso tátil e das placas indicativas no sistema braile. Sendo sugerida a instalação de um elevador para o prédio de Administração.

Recursos de apoio

Visando permitir um maior acesso à estrutura da instituição, além das obras de acessibilidade listadas, foi instalado nos equipamentos de informática um software que permite a leitura de textos para deficientes visuais. Para melhorar o acesso, também foi instalado fone de ouvido nas máquinas destinadas aos deficientes visuais.

Também ocorreu um rebaixamento do tamanho das mesas, para que cadeirantes possam ter acesso às salas de informática da instituição.

Biblioteca

Em investimentos na Biblioteca em exemplares em exemplares de livros: compra entre 2010 e 2016 de 5.498 exemplares de livros (biblioteca básica e complementar) para os três cursos da IES, onde investiu o equivalente a R\$ 359.126,33 (trezentos e cinquenta e nove mil, cento e vinte e seis reais e cinquenta e três centavos).

Relativamente ao ano de 2016 foram adquiridos 422 exemplares totalizando um investimento no valor de R\$ 43.078,25 (quarenta e três mil, setenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

ANO	EXEMPLARES	VALORES (R\$)
2010	384	23.048,96
2011	1.861	109.701,09
2012	2	166,60
2013	1.348	84.631,23
2014	1.359	89.000,84
2015	122	9.499,36
2016	422	43.078,25
Total geral em exemplares	5.498	Total Geral em R\$ 359.126,33

Já com relação a investimentos na Biblioteca em periódicos: compra entre 2010 e 2016 para os três cursos da IES, no montante de R\$ 122.782,25 (cento e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

No ano de 2016 o investimento em periódicos alcançou o valor de R\$ 16.132,18.

ANO	VALORES (RS)
2010	23.990,40
2011	24.338,81
2012	10.135,00
2013	14.145,11
2014	18.295,36
2015	15.754,39
2016	16.132,18
Total Geral	122.782,25

OAB

Visando melhorar a aprovação da instituição, a faculdade vem se preparando para no período de 2017 adotar a realização de provas integradas e encontra-se em desenvolvimento um projeto para oferecer de forma subsidiada aulas voltadas para a prova da OAB aos sábados, no horário da tarde.

ENADE

Em decorrência do resultado obtido, a faculdade passou a exercer uma política educacional mais voltada ao nivelamento dos alunos, para isso utiliza a produção de artigos, pareceres, análises de casos e demais trabalhos a serem realizados fora do horário acadêmico.

EGRESSO

Em relação ao egresso a instituição notou que muitos alunos finalizam o seu período de graduação, mas não finalizam a sua dependência da faculdade. Sendo assim, ao elaborar o projeto de apoio ao discente, resolveu acrescentar pontos de apoio ao egresso.

Fato interessante é que muitos egressos, somente após finalizar o curso é que demonstram a vontade de seguir uma carreira acadêmica e, vários se arrependem de não ter exercido atividades como monitoria ou pesquisa científica. Sendo assim, a partir do período de 2017 a FCHPE/SOPECE iniciará um projeto em que permitirá que egressos sejam selecionados para exercerem atividades de monitoria e pesquisa científica de forma voluntária.

Além do mais, a coordenação vem exercendo uma tutoria para a realização de projetos de pesquisa para cursos de mestrado, bem como auxílio à preparação dos alunos para as provas de conhecimento. Professores como MSc. Pedro Carvalho, Msc. Heitor Hedler, Msc. Silvio Santos e Dr. Alysson Santos atendem frequentemente pedidos de apoio de alunos. Recentemente, alguns alunos foram cursar mestrado em outros países.

Outro ponto que será projetado para 2017 é a criação de um escritório modelo, onde os professores do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ irão esclarecer dúvidas e auxiliar os egressos na estruturação de seus escritórios jurídicos.

Fórum dos representantes

No período de 2016.2 a faculdade iniciou um encontro chamado de fórum dos representantes. Trata-se de um momento em que a coordenação se reúne com os representantes das salas para discutir projetos a serem executados.

Na ocasião algumas ideias surgiram, por exemplo, a criação de um espaço para estudo em grupo, a realização de um evento em 2017 em comemoração aos 100 do Prof. Pinto Ferreira, a requalificação do NPJ, apoio à publicação dos discentes, a existência de atividades à distância, entre outras.

No final do ano, foi requerido aos representantes um documento onde eles possam relatar as mudanças sentidas no período de 2016.2 e as que deveriam ocorrer no período de 2017.

Projeto Social: auxílio aos alunos do 5º ano na montagem de uma ONG para o auxílio jurídico de pessoas idosas

Os professores Pedro Carvalho e Alysson Santos foram procurados por um grupo de alunos com um projeto de montar uma entidade voltada para a defesa de direitos. Este projeto nasceu de uma ideia do Prof. Enando Novais de auxiliar os egressos no aprofundamento da prática jurídica. Em conversa, chegou-se à conclusão que o melhor caminho a ser seguido seria a defesa dos direitos de pessoas idosas. Sendo assim, a instituição iniciou um processo de apoio aos estudantes na consecução do projeto. Inclusive oferecendo estrutura física e de pessoal.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de pesquisa da legislação a ser aplicada e estruturação das intenções da entidade, para depois iniciar o processo de preparação do estatuto e demais procedimentos administrativos.

Nesta segunda parte, os professores do curso de administração e contabilidade, juntamente com alunos integrantes da empresa júnior, iniciarão o processo de auxílio para a finalização do projeto.

É interessante ter acesso ao relato produzido por uma das organizadoras do projeto, a aluna Paloma Fiama: "A ONG nasceu através da ideia de auxiliar o aluno egresso, desde que seja advogado, com a prática da advocacia e o mercado de trabalho. A ideia partiu do prof. Ernando Novais, quando sugeriu ao prof. Alysson Santos, uma forma de prestação voluntária dos alunos ao atendimento da população, de forma gratuita, nas dependências da faculdade. A ideia inicial foi aprimorada pelos professores Pedro Carvalho e Alysson Santos, quando sugeriram uma criação de uma ONG, na forma de associação, para atender ao público idoso, população extremamente carente de apoio jurídico pela Defensoria Pública.

O prof. Pedro Carvalho sugeriu a orientação do prof. Tibério para a formação da associação, quando houve o segundo alinhamento dos objetivos: O objetivo-fim será a prestação de assistência jurídica gratuita a pessoa idosa, com o objetivo-meio de proporcionar aos alunos egressos, se advogado, o auxílio dos primeiros passos na advocacia (atendimento de clientes, consultoria e contencioso). Ao aluno egresso sem OAB, a possibilidade de se tornar membro da associação para auxiliar nas atividades desenvolvidas, e ao mesmo tempo oferecer aproximação com a rotina de um advogado.

Além do objetivo-fim, a associação visa o oferecimento de palestras, apoio em desenvolvimento de pesquisas sobre as relações jurídicas que envolvem a pessoa idosa, além da formação de convênios para o auxílio jurídico em defesa dos interesses da população idosa."

Modificações sugeridas para o ano de 2017

- atualização das cadeiras de sala de aula
- retirada dos televisores das salas de aula
- estruturação do projeto de ensino à distância
- criação de novas publicações institucionais
- requalificação da secretaria
- reestruturação do sistema acadêmico
- criação de comissão para a reforma do PDI, devendo contar representantes do corpo docente, discente, diretoria e técnico.
- Instalação de rampa de entre prédios.
- Instalação de Elevador no Prédio de Administração e Contábeis.
- Inclusão da possibilidade de registro de nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais nos termos do DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016.

XI - DESENVOLVIMENTO

Conforme o cronograma estabelecido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi iniciado a autoavaliação interna, no primeiro semestre, onde foram aplicados questionários em todos os segmentos da Comunidade Acadêmica nos Laboratórios de Informática dos Cursos da IES, bem como estes questionários também foram disponibilizados pela Internet através da *home page* da IES.

O desenvolvimento foi organizado em 05(cinco) tópicos, correspondente aos 05(cinco) eixos que contemplam as 10(dez) dimensões dispostas no art. 3º da Lei nº 10.861, que instituiu O SINAES, todas as dimensões, com os seus itens foram avaliados, por meio de questionários, sendo constatado pelos resultados obtidos, conforme Anexos, que a Instituição, de um modo geral, possui uma forte potencialidade que precisa ser mantida e há como melhorar e crescer ainda mais, como pode mensurar na tabulação abaixo:

a) Planejamento e Avaliação Institucional (Eixo 1), que compõe a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação):

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 8	
Há a adequação e a efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da Instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos?	
Fraca	0,1%
Regular	21,3%
Boa	69,4%
Sem Resposta	9,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 8	
Há procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento Institucional, especialmente das atividades educativas?	
Fraca	8,1%
Regular	29,6%
Boa	57,0%
Sem Resposta	7,2%

b) Desenvolvimento Institucional (Eixo 2), que compõe as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição):

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 1	
As finalidades, os objetivos e os compromissos da Instituição encontram-se explicitados em documentos oficiais, tais como no Regimento Unificado, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?	
Fraca	0,0%
Regular	10,0%
Boa	83,0%
Sem Resposta	7,0%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 1	
Na concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da Instituição são identificados resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades?	
Fraca	13,0%
Regular	36,0%
Boa	43,0%
Sem Resposta	8,0%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 1	
As características básicas do PDI e as suas relações com o contexto social e econômico encontram-se de acordo com o contexto em que a Instituição está inserida?	
Fraca	7,1%
Regular	7,1%
Boa	71,4%
Sem Resposta	14,3%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 1	
Há articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional?	
Fraca	0,0%
Regular	12,0%
Boa	80,7%
Sem Resposta	7,2%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 3	
Há transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional?	
Fraca	7,1%
Regular	42,9%
Boa	43,0%
Sem Resposta	8,0%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 3	
Há natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis?	
Fraca	14,3%
Regular	42,9%
Boa	28,6%
Sem Resposta	14,3%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 3	
Há ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc.?	
Fraca	20,0%
Regular	50,0%
Boa	20,0%
Sem Resposta	10,0%

c) Políticas Acadêmicas (Eixo 3), que compõe as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Política de Atendimento aos Discentes):

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 2	
As práticas pedagógicas no curso de graduação são condizentes (aulas expositivas, estudos de casos, fórum de debates, etc), considerando a relação entre a transmissão de informações e a utilização de processos participativos de construção do conhecimento?	
Fraca	0,0%
Regular	14,3%
Boa	78,6%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 2	
Há pertinência do currículo do curso (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais, etc.) e as necessidades individuais?	
Fraca	0,0%
Regular	14,3%
Boa	80,6%
Sem Resposta	5,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 2	
Há práticas institucionais no curso de graduação que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinariedade, as inovações didático-pedagógica e o uso das novas tecnologias no ensino?	
Fraca	1,3%
Regular	20,1%
Boa	71,4%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 2	
Há relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e política de difusão dessas produções?	
Fraca	14,3%
Regular	20,4%
Boa	58,1%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 2	
A Instituição possui veículos de divulgação intelectual, artística e cultural do corpo docente e técnico-administrativo (como revistas, jornais, etc.)?	
Fraca	0,0%
Regular	50,0%
Boa	42,9%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 2	
Há vínculos e contribuições de pesquisa na Instituição para o desenvolvimento local/regional?	
Fraca	7,1%
Regular	35,7%
Boa	50,0%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 2	
Há na Instituição políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica)?	
Fraca	0,0%
Regular	30,6%
Boa	55,1%
Sem Resposta	14,3%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 2	
Há na Instituição articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas?	
Fraca	0,0%
Regular	28,6%
Boa	60,3%
Sem Resposta	11,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 2	
Quais os critérios para o desenvolvimento da pesquisa, para a participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, para a publicação e para a divulgação dos trabalhos?	
Fraca	7,1%
Regular	35,7%
Boa	50,0%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 2	
Há núcleo de extensão no curso de graduação da Instituição, com estrutura própria (coordenação própria, Núcleo de Prática Jurídica) e responsável (Coordenador) pela sua condução?	
Fraca	7,1%
Regular	28,6%
Boa	57,1%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 2	
Há a concepção da extensão e de intervenção social afirmada no PDI?	
Fraca	0,0%
Regular	42,9%
Boa	50,0%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 2	
Há articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social?	

Fraca	7,1%
Regular	35,7%
Boa	42,9%
Sem Resposta	14,3%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 2	
Há participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação?	
Fraco	7,1%
Regular	64,3%
Bom	21,4%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 4	
Há estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa?	
Fraco	0,0%
Regular	42,9%
Boa	50,0%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 4	
Quais são os meios de comunicação utilizados pela IES?	
Fraca	7,1%
Regular	38,7%
Boa	50,0%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 4	
Como avalia a imagem pública da instituição nos meios de comunicação social?	
Fraca	0,0%
Regular	21,4%
Boa	71,4%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 9	
Há políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico (Coordenação Administrativa, Pedagógica e Profissional), espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social?	
Fraca	7,1%
Regular	0,0%
Boa	85,7%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 9	
Há políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil?	
Fraca	7,1%
Regular	14,3%
Boa	71,4%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 9	
Há mecanismos/sistemáticas de estudos e análise dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas?	
Fraca	7,1%
Regular	57,1%
Boa	28,6%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 9	
Há acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada?	
Fraca	14,3%
Regular	50,0%
Boa	28,6%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 9	
Há inserção profissional dos egressos?	
Fraca	11,4%
Regular	45,7%
Boa	35,8%
Sem Resposta	7,0%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 9	
Há a participação dos egressos na vida da Instituição?	
Fraca	11,4%
Regular	52,9%
Boa	28,7%
Sem Resposta	7,0%

d) Políticas de Gestão (Eixo 4), que compõe as dimensões 5 (Políticas Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira):

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 5	
Há planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão?	
Fraca	14,3%
Regular	42,9%
Boa	35,7%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 5	
Há programas de qualificação profissional e de melhoria de qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos?	
Fraca	14,3%
Regular	50,0%
Boa	28,6%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 5	
Há clima institucional, relações inter-pessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional?	
Fraca	0,0%
Regular	14,3%
Boa	78,6%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 6	
Há na instituição a existência de plano de gestão e/ou plano de metas: com adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e a coerência com a estrutura organizacional oficial e real?	
Fraco	0,0%
Regular	35,7%
Bom	50,0%
Sem Resposta	14,3%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 6	
Há o funcionamento dos órgãos colegiados na Instituição, a sua composição possui representantes do corpo discentes e existem atribuições definidas dos órgãos colegiados?	
Fraca	7,1%
Regular	35,7%
Boa	50,0%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 6	
Há uma inter-relação do uso da gestão (administrativa e pedagógica) e as tomadas de decisões institucionais em relação às finalidades educativas?	
Fraca	0,0%
Regular	21,4%
Boa	64,3%
Sem Resposta	14,3%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 6	
Há o uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções?	
Fraca	7,1%
Regular	42,9%
Boa	42,9%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 6	
Há modos de participação dos atores na gestão normativa?	
Fraca	7,1%
Regular	35,7%
Boa	50,0%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de avaliação interno: 6	
Há investimento na comunicação e circulação da informação com fluência em todos os níveis?	
Fraco	7,1%
Regular	35,7%
Bom	50,0%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 10	
Há sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos?	
Fraca	0,0%
Regular	28,6%
Boa	64,3%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 10	
Há políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão?	
Fraca	0,0%
Regular	28,6%
Boa	64,3%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 10	
Há no PDI uma relação entre a proposta de desenvolvimento da IES e o orçamento previsto?	
Fraca	0,0%
Regular	21,4%
Boa	71,4%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 10	
As obrigações trabalhistas estão sendo cumpridas?	
Fraca	0,0%
Regular	0,0%
Boa	92,9%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 10	
Os salários dos docentes e dos técnicos-administrativos estão sendo pagos regularmente?	
Fraca	0,0%
Regular	0,0%
Boa	92,9%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 10	
Há uma política de espaço físico para atualização e adequação das instalações no atendimento das demandas da IES?	
Fraca	7,1%
Regular	7,1%
Boa	78,6%
Sem Resposta	7,1%

e) **Infraestrutura Física (Eixo 5), que compõe a dimensão 7 (Infraestrutura Física):**

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 7	
Há adequação da infra-estrutura da Instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão?	
Fraca	0,0%
Regular	21,4%
Boa	71,4%
Sem Resposta	7,1%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 7	
Há políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins?	
Fraca	0,0%
Regular	21,4%
Boa	64,3%
Sem Resposta	14,3%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 7	
Há a utilização da infra-estrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras?	
Fraca	0,0%
Regular	21,4%
Boa	71,4%
Sem Resposta	7,1%

Pelos dados coletados foi possível estabelecer coerência entre os dados formatados e as dimensões indagadas, convém registrar que os discentes avaliaram todos os docentes da IES, o que permitirá uma visão dinâmica do ensino/aprendizagem entre o Corpo Docente/Discente, por parte dos Coordenadores de Orientação

Administrativa, Pedagógica e Profissional dos Cursos da Entidade e do NDE dos respectivos Cursos.

Em um contexto geral da avaliação administrativa 2016, temos o seguinte quadro das dimensões pesquisadas, em média geral:

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 1	
A missão e o plano de desenvolvimento institucional?	
Fraca	0,0%
Regular	21,4%
Boa	78,6%
Sem Resposta	0,0%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 2	
A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluindo os procedimentos para estímulo à produção, as bolsas de pesquisas, de monitoria e demais modalidades?	
Fraca	0,0%
Regular	20,0%
Boa	80,0%
Sem Resposta	0,0%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 3	
Fraca	0,0%
Regular	21,4%
Boa	78,6%
Sem Resposta	0,0%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 4	
A comunicação com a sociedade?	
Fraca	10,0%
Regular	15,0%
Boa	75,0%
Sem Resposta	0,0%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 5	
Fraca	0,0%
Regular	22,4%
Boa	77,6%
Sem Resposta	0,0%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 6	
Fraca	0,0%
Regular	15,4%
Boa	82,6%
Sem Resposta	2,0%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 7	
Fraca	0,0%
Regular	20,0%
Boa	80,0%
Sem Resposta	0,0%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 8	
Fraca	0,0%
Regular	10,0%
Boa	90,0%
Sem Resposta	0,0%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 9	
Fraca	0,0%
Regular	21,4%
Boa	78,6%
Sem Resposta	0,0%

Questionário de Avaliação Interna: Dimensão 10	
Fraca	0,0%
Regular	20,0%
Boa	80,0%
Sem Resposta	0,0%

Um resumo que demonstra a satisfação dos serviços prestados, tanto dentro do corpo discente, como docente, técnico administrativo e da comunidade em geral, que vem se beneficiando e elogiando os serviços prestados pelo PROCON/SOPECE, por exemplo, que oferece atendimento ao consumidor e orientação jurídica, realizado pelos alunos do curso de Direito, sob a supervisão de Professores.

XII - ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

Com relação ao anexo da autoavaliação verificaram-se potencialidades nas dimensões: (Corpo Discente), (Corpo Docente) e (Corpo Técnico Administrativo).

Observou-se no (Corpo Docente), que os itens avaliados obtiveram em sua grande maioria conceitos "Bom" e "Regular".

Com relação a Mercado de Trabalho e Órgão de Classe a CPA obteve dados desta avaliação, coletados nos Convênios e Termos de Estágios dos Alunos, colecionados nas pastas dos respectivos alunos e por meio de questionários de egresso, retratando a crise econômica de assola o Pias e está refletindo no alto índice de desemprego e dificultando o apoio ao egresso. Tendo a CPA concluído que o mercado encontra-se aquecido na região, com a expansão do pólo de GOIANA, com o

surgimento de grandes indústrias, como a fábrica da FIAT, a Emobras, entres outras fábricas derivadas das grandes, criando um grande campo de trabalho que requer mão de obra qualificada. As Coordenações celebraram Convênios com Órgãos de classe no intuito de proporcionar estágio e aproximar a IES dos respectivos órgãos, como OAB, CFA e CRC.

Com os anexos (Corpo Técnico-Administrativo) e (avaliação do Docente, na parte realizada pelo Discente) a CPA decidiu que os seus resultados não seriam disponibilizados na íntegra, tendo em vista o caráter sigiloso das informações nele contido, entretanto, cada um dos avaliados poderá ter acesso a sua avaliação individual nos setores específicos da IES, ou seja, os Técnico-Administrativos junto ao Departamento de Pessoal e os Docentes junto a Coordenação de Orientação Administrativa, Pedagógica e Profissional dos Cursos.

Em relação à avaliação do ENADE, foram aplicados questionários, tendo em vista que os Cursos da IES foram avaliados pelo ENADE em 2015.

Na avaliação dos discentes com relação aos setores e coordenações foi registrada uma média de 30% de conceito "excelente", 43% de conceito "bom", 20% de conceito "regular", 5% de conceito "ruim" e 2% de conceito "sem resposta".

XIII - RESULTADOS:

Resultados da autoavaliação do Corpo Discente:

Os resultados apontados na sua grande maioria foram dados como Bom ou Regular, com um índice médio inferior a 6% de Ruim, porém não desprezadas e tratadas e apontada à contestação posto, porém existe grande satisfação, como nos itens (Biblioteca), (Auditório), (Corpo Docente) entre outros a exemplo dos anos anteriores.

Resultados da autoavaliação do corpo Técnico Administrativo:

Foram disponibilizados pela CPA questionários a comunidade científica do seu entorno social, visando avaliar o desempenho dos alunos captados junto a IES, por essas entidades, bem como, também, foram colocados à disposição questionários aos órgãos de classe vinculados aos cursos da IES, além da publicidade do Plano de Cargos e Salários da IES, que está na página virtual da IES.

Na mesma oportunidade foram disponibilizados ao Corpo Técnico-Administrativo questionários, onde eles podiam avaliar o desempenho individual de outro Técnico-Administrativo nos diversos Setores da IES e aos discentes foram

disponibilizados questionários para avaliarem os docentes em cada disciplina ministrada. Esses dois últimos questionários não foram disponibilizados na Internet, tendo em vista o caráter confidencial das informações nelas contidas, no entanto, cada avaliado pode ter acesso ao resultado da sua avaliação individual em Setores específicos da IES, ou seja, os Técnico-Administrativos junto ao Departamento de Pessoal e os Docentes junto a Coordenação de Orientação Administrativa, Pedagógica e Profissional dos Cursos.

Resultado da autoavaliação do Corpo Docente:

Uma vez terminada a autoavaliação interna e publicados os seus resultados, fizeram parte de um processo de discussão e reflexão relativa à política pedagógica, às tomadas de decisões buscando o fortalecimento ou o redirecionamento de ações e de políticas institucionais e sociais.

O uso dos resultados da autoavaliação exercerá reflexos diretos na definição de políticas institucionais a serem adotadas pela Instituição, inclusive com preposições para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e caberá a instância superior da IES a responsabilidade pela (re)definição e implementação das políticas acadêmicas que este processo avaliativo possa contribuir.

O Órgão Colegiado Superior da Instituição, Núcleo Docente Estruturante - NDE e o Conselho Superior com a participação do Corpo Docente e representatividade do Corpo Discente, podendo o Corpo Técnico-Administrativo participar de suas decisões, realizar sugestões para serem discutidas e votadas pelo Conselho Superior e encaminhados a Direção, inclusive para a implementação de políticas institucionais, ouvindo sempre os respectivos NDEs.

Diante da autoavaliação acima realizada foram detectadas potencialidades em todas as Dimensões verificadas, entretanto, foi detectada a necessidade de atualização de algumas insatisfações que representa percentual inferior a 6% na média e após análise da CPA na maioria trata-se de ponderação particular de casos isolados. Como exemplo, temos a biblioteca da IES que apresentou índice de satisfação máxima. A IES conta com três laboratórios, com um total de 77 máquinas novas interligadas a Internet, que servem de apoio de estudo, pesquisa e aulas, quando requisitado pelo Professor, e serve de apoio à biblioteca.

Os resultados foram encaminhados para os respectivos NDEs e para os respectivos docentes e técnicos administrativos, para debate e avaliação individual e correção de eventual erro cometido, bem como buscar a evolução do ensino que hoje é dinâmico e evolutivo, buscando sempre a integração como forma de elevação educacional.

Convém registrar que os discentes avaliaram os Professores, o que permitirá uma visão dinâmica do ensino/aprendizagem entre o Corpo Docente/Discente, por parte dos Coordenadores de Orientação Administrativa, Pedagógica e Profissional dos Cursos da Entidade.

A importância do anexo é fundamental para o processo ensino-aprendizagem, pois é através dele é que se poderão extrair considerações sobre o planejamento da disciplina, transmissão do conhecimento, relacionamento professor/aluno, metodologias e o próprio aperfeiçoamento do Corpo Docente.

Em avaliação preliminar, alguns pontos foram colocados em debate em audiência pública, como a necessidade de inclusão de avaliações objetivas nas avaliações periódicas da IES, ficando determinado, como já foi feito desde o início de 2013 dando sequência em 2016, que 20% das avaliações sendo feita com questões objetivas, com foco ao ENADE e OAB, este último no caso do curso de Direito, ficando dentro do que estipula o Projeto Pedagógico da IES, que faculta ao Professor realizar até 20% de atividades extras nas avaliações periódicas.

Os resultados gerais da avaliação montam grande base de eficiência da IES e apoio a comunidade em geral, como podem ser confirmados nos anexos, os NDEs têm sido de grande avanço nas questões acadêmicas, juntamente com a ouvidoria que apontam falhas pontuais que são tratadas e solucionadas em um curto espaço de tempo.

XIV - AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Os resultados obtidos no Processo de Avaliação da IES foram transformados no presente Relatório Parcial, com as suas respectivas tabelas e sendo divulgado para a Comunidade Acadêmica e para o entorno social através da *home page* da IES, com as restrições já mencionadas em seu dados individuais, principalmente nas avaliações pessoas dos Docentes, por parte dos alunos.

A avaliação de 2016 foi bastante positiva a exemplo dos anos anteriores, embora muito semelhante, mas as sugestões tornaram-se realidade neste ano, e, refletido na

satisfação dos usuários, o que mostra os resultados práticos e a eficácia das avaliações anteriores, o que se demonstra com o aumento de alunos da IES e elevação dos seus conceitos de IGC, CC e OAB.

Atendendo plenamente o previsto pela legislação vigente proposta pelo CONAES, que visam a construir uma cultura de avaliação que possibilite uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidade acadêmica e social. Diante dos resultados apontados, concluindo que a SOPECE sustenta seus aspectos de garantia da Sustentabilidade Acadêmica sob o controle e vem apresentando resultados satisfatórios, cumprindo desta forma seu planejamento estratégico previsto no PDI, com objetivos claros e bem definidos de atendimento às expectativas sociais.

Em consonância com as atividades planejadas pela CPA, serão adotadas estratégias para a identificação das potencialidades e fragilidades e o estabelecimento de metas e sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científico, para a implementação a curto e médio prazo.

Como ação de curto prazo, temos a modernização da acessibilidade e do combate a incêndio da IES, com instalação de passarela e de mais um elevador no prédio de Administração e Contábeis.

Como ação de médio prazo, a IES promoverá uma revisão em todo o seu conteúdo programático, para identificar temas emergentes que possam enriquecer o aprendizado superior.

O Plano de Cargo e Salário da IES, homologado pelo Ministério do Trabalho, vem trazendo uma possibilidade de ascensão dos funcionários e docentes dentro da IES, possibilitando um maior empenho e dedicação a IES, via de consequência uma maior eficiência na prestação educacional.

O relatório parcial será postado junto ao MEC dentro do prazo previsto à Comissão Nacional de Educação Superior (CONAES).

A CPA fará reuniões para divulgação dos resultados e estudos dos resultados de melhoria.

As ações concretas oriundas dos resultados dos processos avaliativos serão divulgadas à comunidade interna e externa a fim de promover uma reflexão sobre o

"Processo de Avaliação", que poderá acarretar melhorias na qualidade dos serviços de excelência oferecida pela IES.

XV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Própria de Avaliação da SOPECE/FCHPE, iniciou os trabalhos do Ciclo de Autoavaliação Institucional com o grande desafio de aperfeiçoar o processo e firmar a cultura de avaliação, com vistas à efetividade da gestão administrativa.

Nessa missão, a CPA se fortaleceu ao ser reestruturada, passando a se valer de seus esforços, na primeira etapa do processo de avaliação, com um novo Coordenador da CPA, que optou pela continuidade da disponibilização online de questionário à comunidade, com questões relacionadas a planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura física, enfocando todas as dimensões.

Os resultados ora apresentados nos permitem analisar individualmente os itens avaliados, por meio das tabelas.

As conclusões sobre os principais sucessos e desafios serão apresentadas após a realização de análises geral e comparativa por dimensão, com o processamento estatístico dos dados e atribuição de índices às respostas obtidas.

No que diz respeito à participação da comunidade, a meta prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional é de 20%. Apesar de todo o empenho, com vasta campanha de divulgação e sensibilização, com o objetivo de se alcançar maior participação na pesquisa, os resultados obtidos ficaram aquém do esperado.

No universo de aproximadamente 1.000 indivíduos, contando a pós-graduação, se dispuseram a participar, o que equivale a 10,10% de participação. É importante observarmos que, apesar da diferença de 1 pontos percentuais para menos no número de participantes em relação ao ano anterior, o universo teve aumento de indivíduos.

A segunda etapa da autoavaliação abordará aspectos pedagógicos dos cursos de graduação que foram norteadas pelas Coordenações de Curso.

Dessa forma, caberá à Comissão Permanente de Avaliação e de Cursos a definição dos instrumentos, sistemática e cronograma de avaliação. Com base em resultados preliminares, as Comissões Coordenadoras avaliarão o desenvolvimento dos

cursos e encaminharão os resultados aos NDEs que, por sua vez, emitirão relatórios de acompanhamento e avaliação dos cursos de graduação.

A terceira etapa abordará o conteúdo relativo às etapas anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e aos eixos avaliados no processo, que será apresentada em 2017.

Nestes termos, são as ponderações que a CPA apresenta a comunidade acadêmica da SOPECE/FCHPE, esperado ter contribuído de alguma forma para a melhoria do ensino superior brasileiro.

Recife/PE, 30 de dezembro de 2016.

Heitor Hedler S. Campos
 Prof. HEITOR HEDLER SIQUEIRA CAMPOS

Presidente

Patrícia Josefa da Silva
 PATRÍCIA JOSEFA DA SILVA

Thelma Christiane Amaral Santos
 THELMA CHRISTIANE AMARAL SANTOS

Admilson Machado Ramos
 ADMILSON MACHADO RAMOS